

CONCLUSÕES

A atualização da AAE COMPERJ teve como objetivo principal subsidiar decisões futuras para o planejamento ambiental da região e reduzir os riscos e incertezas quanto aos impactos ambientais dos empreendimentos, tendo em vista a nova configuração prevista pela Petrobras para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, quando da adequação do seu Programa de Investimento, em decorrência da nova conjuntura sociopolítica e econômica.

O desenvolvimento desta AAE proporcionou uma ampla atualização das informações do quadro regional, incorporando as transformações positivas e negativas decorrentes das ações associadas ao processo de implantação do COMPERJ, em andamento na região de estudo desde 2008. O panorama regional futuro foi analisado considerando as prováveis ameaças e oportunidades antevistas nos cenários de desenvolvimento do conjunto de empreendimentos.

Nesse sentido, destaca-se que, para os cenários de desenvolvimento do COMPERJ (Cenário de Referência e Estratégico) considerados, as avaliações ambientais realizadas refletem uma melhoria em relação à situação observada no Diagnóstico para a maioria dos impactos. Isto pode ser atribuído às ações compensatórias que já vem sendo aplicadas desde as etapas iniciais de implantação do COMPERJ, bem como à continuidade dos programas e projetos governamentais existentes para a região, como aqueles relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, que tem sinergia com o COMPERJ, igualmente parte do PAC.

As análises dos cenários futuros realizadas pelos especialistas levaram à proposição de um conjunto de diretrizes e recomendações abrangentes e articuladas para reduzir, mitigar ou evitar as interferências negativas e potencializar e promover as oportunidades para o desenvolvimento regional de forma sustentável. É destacada a responsabilidade e a participação dos diversos agentes públicos e privados e outros grupos de interesse na construção de um Cenário de Sustentabilidade, apoiado na visão de futuro desejável para a região. Este cenário elenca as políticas públicas e as ações públicas e privadas que devem ser implementadas para que a continuidade das intervenções associadas ao COMPERJ continuem oferecendo oportunidades para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região, num contexto onde a governança é fortalecida.

Tomando como exemplo a fase inicial de implantação do COMPERJ (2008-2015), as oportunidades apontadas na AAE Petrobras (2007-2009) já resultaram em ganhos para o desenvolvimento socioeconômico da região, principalmente no que tange à dinâmica econômica da região (aumento da arrecadação e dinamização do mercado interno e aumento da oferta de emprego); à melhoria da situação educacional e da capacitação para empregabilidade; e às perspectivas de melhoria das condições de saneamento com as obras de esgotamento sanitário em Itaboraí e Maricá e do emissário submarino de efluentes domésticos também em Maricá, bem como de abastecimento de água regional com a construção da Barragem de Guapiaçu. Observa-se que estas últimas obras fazem parte das ações vinculadas às compensações ambientais relativas aos empreendimentos relacionados ao COMPERJ, sendo em parte financiadas com recursos destas compensações. Nesta mesma situação estão incluídas a implantação do Parque das Águas de

Guapimirim, e os Programas Macrocorredores Florestais e Formação do Arco Florestal, destinados à restauração florestal e, ainda, o Plano de Estruturação Territorial da Região do Leste (PET Leste).

A garantia de atendimento ao Cenário de Sustentabilidade, entretanto, requer a implementação do conjunto de ações relativas à esfera governamental e aos empreendedores e outros agentes da região, integradamente, bem como a observação e o controle dos impactos, na busca contínua da sustentabilidade desejada para a região. Assim, para garantir a efetividade das proposições resultantes do processo de AAE é também necessário:

- O monitoramento dos impactos estratégicos, com a implementação do processo de acompanhamento da evolução dos indicadores selecionados, conforme sugerido nesta AAE;
- As reavaliações periódicas, tendo em vista eventuais correções de rumo, identificação de lacunas que ainda precisam ser preenchidas e redefinição de linhas de ação, para garantir que o desenvolvimento dos empreendimentos contribui para a sustentabilidade do desenvolvimento da região.

Finalmente, conforme observado no início deste Relatório, com esta AAE buscou-se também dar respostas às expectativas dos agentes diretamente envolvidos (MPE, SEA, INEA e Petrobras). Nesse sentido, destacam-se:

- **Ministério Público Estadual:** o estudo contempla a atualização e análise das informações sobre os fatores críticos condicionantes e ambientais, realizada no Diagnóstico pelos especialistas, retratando a situação da região de estudo, suas fragilidades e potencialidades e principais demandas sociais. Na fase de avaliação foi realizada a projeção das informações nos novos cenários de desenvolvimento de implantação do COMPERJ, fornecendo elementos importantes para o atendimento às solicitações contidas no Parecer Técnico n. 297/2013, complementar ao PT n. 259/2013, elaborado pelo GATE AMBIENTAL
- **Secretaria de Estado do Ambiente (SEA):** as análises da AAE fornecem subsídios para requalificar o planejamento ambiental da região, antecipando as questões ambientais mais críticas relacionadas à implantação do COMPERJ, indicando o potencial de vulnerabilidade às mudanças climáticas dos municípios da área de estudo e estratégias para a potencialização dos serviços ecossistêmicos. São também apresentadas propostas para aprofundamento do conhecimento sobre os ecossistemas e medidas articuladas para garantir a restauração florestal nas áreas antropizadas, preservação, conservação e recuperação da vegetação e otimizar os procedimentos para usos adequados dos recursos naturais.
- **Instituto Estadual do Ambiente (INEA):** no desenvolvimento deste estudo foi realizado um amplo levantamento das licenças e condicionantes atrelados ao processo de licenciamento do COMPERJ, proporcionando uma oportunidade de avaliação das medidas estabelecidas e dos procedimentos de acompanhamento utilizados. Nesse

sentido, espera-se que a avaliação das implicações ambientais da nova configuração prevista para o conjunto de empreendimentos e a proposição de diretrizes e recomendações para evitar ou reduzir os impactos potenciais, considerando sua cumulatividade e sinergia, venham contribuir para a definição das medidas compensatórias e mitigadoras e a reavaliação e adequação das condicionantes no processo de licenciamento dos empreendimentos a serem implantados ou na revisão dos processos em curso.

- Para a **Petrobras**, as análises e as recomendações contidas neste estudo reforçam a função da AAE de instrumento de apoio ao processo de planejamento. Em outras palavras, constituem importantes subsídios para o processo decisório relativo ao futuro desenvolvimento do conjunto de empreendimentos do COMPERJ. Sua incorporação às estratégias de desenvolvimento empresarial na região certamente trará importante contribuição para a continuidade da melhoria das condições econômicas e sociais regionais de forma sustentável e para a definição das ações socioambientais prioritárias para redução de incertezas e riscos associados ao empreendimento. Conforme destacado na Participação Social, o fortalecimento dos canais e caminhos de diálogo com a sociedade civil e o poder público municipal, devem fazer parte das ações prioritárias para minimizar conflitos.
- Não se pode deixar de destacar, entretanto, que com a perspectiva de redução no ritmo do andamento das obras do COMPERJ, as oportunidades antevistas nos cenários para a região poderão não se efetivar, principalmente no que tange à Dinâmica Econômica, em função do incremento da arrecadação e das transferências correntes, em especial de royalties. Em consequência, poderão ocorrer efeitos negativos muito significativos nas atividades e cadeias econômicas estimuladas pela presença do empreendimento, com reflexos sobre a dinâmica social. Os recursos de compensação ambiental também deverão ser afetados, com a redução do porte do empreendimento e dos recursos, com reflexos nos programas de preservação, conservação e restauração florestal., que vem sendo implementados.

Segundo a Petrobras.....

BIBLIOGRAFIA

1. ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, 2013.
2. Agenda 21 Local. Municípios da Região de Estudo. Disponíveis no site da Agenda 21 COMPERJ: <http://www.agenda21comperj.com.br/municipios>
3. AGETRANSP. Relatório de atividades setembro 2014: Câmara de transportes e rodovias CATRA. Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes do Rio de Janeiro, Rio Janeiro, RJ, p. 167, 2014. Citado cinco vezes nas páginas 25, 26, 27, 38 e 40.
4. ALLENDORF, F.W. & LUNDQUIST, L.L. 2003. *Introduction: population biology, evolution and control of invasive species*. Conservation Biology 17 (1): 24-30.
5. ALVARENGA, H., MIGOTTO, R., FIGUEIREDO, L.F., LIMA, L. M. & BUSSONI, C.O.A. 2006. A expansão geográfica de *Furnarius figulus* (Liechtenstein, 1823) (Aves: Furnariidae). Atualidades Ornitológicas 134: 6-7.
6. ALVES, M.A.S., PACHECO, J.F., GONZAGA, L.P., CAVALCANTI, R.B., RAPOSO, M., YAMASHITA, C., MACIEL, N.C. & CASTANHEIRA, M. 2003. Aves. pp. 113-24. 166. In: BERGALLO, H.G.; ROCHA, C.F.D.; ALVES, M.A.S. & VAN SLUYS, M. (orgs.). A fauna ameaçada de extinção do Estado do Rio de Janeiro. Eduerj. Rio de Janeiro/RJ.
7. AMBIENTAL ENGENHARIA e Consultoria, Fundação Bio-Rio e Secretaria do Ambiente. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Obras para Implantação da Barragem do Rio Guapi-Açu com vistas à implantação da oferta de água para a região do CONLESTE Fluminense, localizado no município de Cachoeiras de Macacu/ RJ. 16 de setembro de 2013.
8. ANA. Agência Nacional de Água. ATLAS BRASIL – ABASTECIMENTO URBANO DE ÁGUA, 2010. Disponível em: <http://atlas.ana.gov.br/atlas/forms/analise/RegiaoMetropolitana.aspx?rme=18>.
9. ANTT. Relatório mensal da BR-101/RJ – Autopista Fluminense: Novembro de 2014. São Gonçalo, RJ: Agência Nacional de Transportes Terrestres, 2014. 23 p.
10. _____. Relatório mensal da BR-116/RJ/SP – Nova Dutra: Novembro de 2014. Santa Isabel, SP: Agência Nacional de Transportes Terrestres, 2014. 13 p.
11. ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC 306, Resolução de Diretoria Colegiada nº 306, Resíduos de Serviços de Saúde. Brasília – DF, 2004.
12. ARAUJO, A.F.B. 1991. *Structure of a white sand-dune lizard community of coastal Brazil*. Revista Brasileira de Biologia 51: 857-865.
13. ARCADISLOGOS/ DTA Engenharia. Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Terminais Ponta Negra – TPN. Vol. I. São Paulo, Dez. 2013.
14. _____. Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Terminais Ponta Negra – TPN. São Paulo, Março, 2014. 88 pgs.
15. AZEVEDO, A.F. 2005. Comportamento e uso do espaço por *Sotalia guianensis* (Cetacea: Delphinidae) na Baía de Guanabara e variação geográfica dos assobios da espécie ao longo da costa do Brasil. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Rio de Janeiro, Brasil.

16. AZEVEDO, A.F., Lailson-Brito, J., Dorneles, P.R., Van Sluys, M., Cunha, H.A., Fragoso, A.B.L. 2009. *Human-induced injuries to marine tucuxis (Sotalia guianensis) (Cetacea: Delphinidea) in Brazil*. Marine Biodiversity Records. 2: 1-5.
17. AZEVEDO, A.F., Oliveira, A.M., Viana, S.C., Van Sluys, M., 2007. *Habitat use by marine tucuxis (Sotalia guianensis) (Cetacea: Delphinidae) in Guanabara bay, South-eastern Brazil*. J. Mar. Biol. Ass. U. K. 87: 201-295.
18. AZEVEDO, A.F., Van Sluys, M., Dorneles, P.R., Lailson-Brito, J., 2008. *Trends in Sotalia guianensis abundance in Guanabara Bay, southeastern Brazil*. XIII Reunion de Trabajo de Especialistas en Mamíferos Acuáticos de América del Sur – VII Congreso SOLAMAC. Montevideo. UY. P. 106.
19. AZEVEDO, J.P.S., MAGALHÃES P.C., MIGUEZ M.G. 2008. Infraestrutura de Drenagem Urbana. In: GUSMÃO P.P., CARMO, P.C, VIANNA, S.B. (Org.). Rio: Próximos 100 Anos. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Rio de Janeiro
20. BAKER, J.; SHEATE, W.R.; PHILLIPS, P.; EALES, R. *Ecosystem services in environmental assessment – Help or hindrance?* Environmental Impact Assessment Review, v. 40, p.3- 13, 2013
21. BARATA, M.M.L., CONFALONIERI, U.E.C., LIMA, A.C.L., MARINHO, D.P., NETO, C.C., LUIGI, G., SILVA, H.V.O., TOSTA, F.O., PEREIRA, C.A.R. & MARINCOLA, F.C.V. 2013. Mapa da vulnerabilidade da população do estado do Rio de Janeiro frente às mudanças climáticas. Rio de Janeiro. 147p.
22. BARBOSA, G. S. Consórcios Intermunicipais e o Desenvolvimento Regional: Um Estudo sobre o caso do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. IPPUR/UFRJ. 2013
23. BARRETO, D. 2011. SOS Guanabara. Área entre Itaguaí e Guapimirim ainda resiste à ação humana e até regenera mangues. Disponível em http://odia.ig.com.br/portal/especiais/comercial/seminario_sosguanabara/pdf/sos-guanabara-4.pdf. Acesso em: fevereiro de 2015.
24. BARROSO, L. V.. 1989. Diagnóstico Ambiental para a Pesca de Águas Interiores no Estado do Rio de Janeiro. Documento Técnico ACUMEP, n. 4, IBAMA, 177p, 49 fig., 38 tab., Rio de Janeiro.
25. _____. 2007. Aspectos da Atividade de Pesca na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro.
26. BATISTA, C.A. & ROBERTO, D.M. s.d. Plano de Manejo da Estação Ecológica da Guanabara. Diagnóstico da flora e fauna da Estação Ecológica da Guanabara e região. Ecomek. Rio de Janeiro/RJ.
27. BEGON, M., HARPER, J.L. & TOWNSEND C.R. 1996. *Ecology: Individuals, populations and communities*. 3rd ed. Blackwell Science. Oxford, UK.
28. BEGOT, L.H., Vianna, M. 2014. Legislação pesqueira costeira: o caso da Baía de Guanabara, RJ. *Bol. Inst. de Pesca, São Paulo*, 40(4): 49 –520.
29. BENCKE, A.G. *et al* (org.). 2006. Áreas Importantes para a Conservação das Aves no Brasil: parte 1 – Estados do domínio da Mata Atlântica. São Paulo/SP.
30. BERGALLO, H.G. *et al*. (orgs.). 2000. A fauna ameaçada de extinção do Estado do Rio de Janeiro. EdUERJ. Rio de Janeiro/RJ.
31. BITTENCOURT, L., Carvalho, R.R., Lailson-Brito, J., Azevedo, A.F., 2014. *Underwater noise pollution in a coastal tropical environment*. Marine Pollution Bulletin 83: 331–336.

32. BLABER, S. J. M. 2000. *Tropical estuarine fishes: ecology, exploitation and conservation*. Malden, MA: Blackwell Science.
33. BORÉM, R.A.T. & OLIVEIRA-FILHO, A.T. 2002. Fitossociologia do estrato arbóreo em uma toposequência alterada de mata atlântica no município de Silva Jardim-RJ, Brasil. *Revista Árvore* 26 (6): 727-742.
34. BRASIL – Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA, PL 792/2007, Brasília, DF.
35. _____, Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007, regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Extraída de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm (em 11/02/2015 às 11:02 am).
36. _____. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Extraída de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm (em 11/02/2015 às 10:54 am).
37. _____. Projeto de Lei Nº 792, DE 2007. Dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências. Autor: Deputado Anselmo de Jesus. Relator: Deputado Jorge Khoury.
38. BRITTO, A,L; JOHNSON, R,M,F. Gestão Participativa e Integrada das Águas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Uma análise do Funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica. *In: VII Congresso Ibérico sobre Planejamento e Gestão da Água, Lisboa-Portugal, 2011.*
39. BRONZATTI, F. L.; IAROZINSKI, A. N. Matrizes Energéticas no Brasil: Cenário 2010-2030. *In: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP). A Integração de Cadeias Produtivas com a abordagem da Manufatura Sustentável. 2008.*
40. BROOKS, T.M., TOBIAS, J. & BALMFORD, A. 1999. *Deforestation and bird extinctions in the Atlantic Forest*. *Animal Conservation* 2: 211–222.
41. CÂMARA, I.G. & COIMBRA-FILHO, A.F. 2000. Proposta para uma política de conservação ambiental para o estado do Rio de Janeiro. pp. 137-143. *In: BERGALHO, H.G., ROCHA, C.F.D., ALVES, M.A.S. & VAN SLUYS, M. (orgs.). 2000. A fauna ameaçada de extinção do Estado do Rio de Janeiro. EdUERJ. Rio de Janeiro/RJ.*
42. CÂMARA, I.G. 2003. Brief history of conservation in the Atlantic forest. pp. 31-42. *In: C. GALINDO-LEAL & I.G. CÂMARA (eds.). The Atlantic Forest of South America: biodiversity status, threats, and outlook. Center for Applied Biodiversity Science e Island Press. Washington, D.C.*
43. CAVALCANTI, G.; BATISTA, H. G. Área do Arco Metropolitano receberá investimentos de R\$ 3,5 bilhões até 2017. 2014. Disponível em: <<http://www.pelcrj2040.rj.gov.br/noticia.asp?id=135>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015. Citado 3 vezes nas páginas 12, 13 e 14.
44. CE – COMISSÃO EUROPEIA – European Commission, 2003. Implementation of Directive 2001/42 on the Assessment of the Effects of Certain Plans and Programmes on the Environment. Brussels: European Commission.
45. CENTRAL. PDTU 2013 – Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Diagnóstico da situação atual. Rio de Janeiro, RJ: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2014a. 323 p.

46. CENTRAL. PDTU 2013 – Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Transporte de cargas. Rio de Janeiro, RJ: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2014. 450 p.
47. CEPERJ. 2013. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/anuarios.html>.
48. _____. 2013b. Diagnóstico sobre a Economia Fluminense Baseado nos Projetos Contas Regionais do Brasil e PIB Municipal. <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/anuarios.html>.
49. CHERUBINE, M.; TREVAS, V. Consórcios Públicos e as agendas do Estado Brasileiro. Série Projetos Para o Brasil. Fundação Perseu Abramo. 2013.
50. CNT. Confederação Nacional do Transporte. Plano CNT de transporte e logística 2014. Brasília, DF: Confederação Nacional da Indústria, 2014a. 752 p.
51. _____. Pesquisa CNT de rodovias 2014: Relatório gerencial. Brasília, DF: Confederação Nacional da Indústria, 2014b. 388 p.
52. COELHO, V. 2007. Baía de Guanabara: Uma História de Agressão Ambiental. Ed.Casa da Palavra. Rio de Janeiro. RJ.
53. COHIDRO. Consultoria Estudos e Projetos. Elaboração de Serviços para Adequação do Projeto Básico, Memorial Descritivo do Projeto Revisado, Licenciamento Ambiental e Estudos de Impacto Ambiental, Elaboração de Projeto Executivo, Base Cartográfica e Levantamento Fundiário e Cadastral, da Barragem no Rio Guapiaçu, situado no Município de Cachoeiras de Macacu, RJ de setembro 2013.
54. COHIDRO/AQUAMODELO. Projeto executivo emissário submarino de Maricá – Relatório Final. Rio de Janeiro-RJ, Dez. 2013.
55. COMITÊ DAS AGENDAS 21 NA REGIÃO DO CONLESTE. Regimento Interno do ComARC. Extraído de <https://www.comarc.org/documentos> (em 28/04/15).
56. COMITÊ DE BACIA DA BAÍA DE GUANABARA. Atas das reuniões do Subcomitê Leste (data 24/01/13), extraída de <http://www.comitebaiadeguanabara.org.br/sc-leste-documentos/> (em 05/03/14).
57. CONCREMAT. 2007. Estudo de Impacto Ambiental. COMPERJ. PETROBRAS S.A. Rio de Janeiro/RJ.
58. CONLESTE [Estatuto], que dispõe sobre a criação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense, assinado no Município de Rio Bonito, em 11 de janeiro de 2007.
59. _____. [Protocolo de Intenções], que estabelece os marcos iniciais para a formação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense, assinado no Município de Tanguá, em 15 de setembro de 2006.
60. COOPER, L. M., 2004. Guidelines for Cumulative Effects Assessment in SEA of Plans, EPMG Occasional Paper 04/LMC/CEA, Imperial College London. London.
61. COOPER, L. M., SHEATE, W.R., 2004. Integrating cumulative effects assessment into UK strategic planning: implications of the European Union SEA Directive. Impact Assessment and Project Appraisal. IAIA.
62. COPPETEC – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos. Estudo de Tráfego e Transporte do COMPERJ – Relatório 1. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ: Rio de Janeiro, 2007.

63. COPPETEC/UFRJ. 2014. Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro – RT 7 – Relatório Diagnóstico – Versão Final, Instituto Estadual do Ambiente – INEA, Elaboração: Fundação COPPETEC, Laboratório de Hidrologia e Estudos do Meio Ambiente, março de 2014.
64. COSTA, C., LAMAS, I. & FERNANDES, R. 2010. Planejamento Estratégico do Mosaico Central Fluminense. Rio de Janeiro/RJ. 51 p.
65. COSTA, T. M.M. 2012. Ecologia de caranguejos braquiúros em dois estuários sobre forte influencia antrópica na costa do estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.
66. COSTA, W.J.E.M. 2002. Peixes anuais brasileiros: diversidade e conservação. Curitiba: Editora UFPR, 1. 238p .
67. COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; FARBER, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; LIMBURG, K.; The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, v. 1, p. 3-15, 1997.
68. COULON, Alan. Etnometodologia. Petrópolis: Vozes, 1985.
69. CUNHA, A.A. & GRELE, C.E.V. 2008. Espécie-paisagem para planejamento de conservação: os muriquis são bons candidates para a Mata Atlântica brasileira. *Natureza & Conservação* 6 (2): 17-24.
70. D'ORSI R.N., MAGALHÃES M.A., COELHO R.S., JUNIOR L.R.S., CARNEIRO R.S., PAES N.M., 2015, Breve Análise da Evolução da Resistência/Resiliência da Cidade do Rio de Janeiro em Relação a Eventos Pluviométricos Intensos no Período 1966-2013. Rio de Janeiro. Fundação GEO-RIO, 2-15.
71. DANTAS, J. R. C., ALMEIDA, J.R., LINS G. A.. Impactos ambientais na bacia hidrográfica de Guapi/Macacu e suas consequências para o abastecimento de água nos municípios do leste da Baía de Guanabara / – Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008:it. 26p. (Série Gestão e Planejamento Ambiental, 10).
72. DeGROOT, R. S., WILSON, A. M., & BOUMANS, R. M. *A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services*. *Ecological Economics*, v. 41, p. 393-408, 2002.
73. DER-RJ, Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro BR-493/RJ-109. 2007
74. DIAS, A.P; SOUZA, A. A; MAIA, A.B; BERZINS,F.A.J. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ): Impactos socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara. *In: Revista Ética e Filosofia Política*, nº 16, v.1, junho/2013.
75. DIAS, E. G. C.S., 2001. Avaliação de Impacto Ambiental de Projetos de Mineração no Estado de São Paulo: A Etapa de Acompanhamento. Tese Doutorado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Engenharia. São Paulo.
76. DNIT . Plano Nacional de Logística (PNLT) Rio de Janeiro, 2011.
77. _____. Portfólio de Investimentos PNL. [S.I.], 2013. Portfólio. Disponível em: <<http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/04-pnlt/portifolioPNLT/PNLT-L.pdf>>. Citado na página 20.
78. _____. Relatório de Impacto Ambiental da Rodovia BR493, Rio de Janeiro, 2008.

79. _____. UFSC. Relatório final do projeto trienal de coleta de tráfego: Monitoramento e análise de dados de tráfego. Santa Isabel, SP: Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre, 2010. 144 p. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/rodovias/operacoes-rodoviaras/convenios-com-a-ufsc/produto-6-e-7.pdf>>.
80. DORNELES, P.R., Lailson-Brito, J., Azevedo, A.F., Meyer, J., Vidal, L.G., Fragoso, A.B., Torres, J.P.M., Malm. O., Blust, R., Das, K. 2008b. *High accumulation of perfluorooctane sulfonate (PFOS) in marine tucuxis dolphins (Sotalia guianensis) from the Brazilian coast*. Environmental Science & Technology. 42: 5368-5373.
81. DORNELES, P.R., Lailson-Brito, J., Eppe, G., .R., Azevedo, A.F., Azevedo-Silva, C.E., Torres, J.P.M., Malm. O., Lepoint, G., Das, K. 2008. *PCDD, PCDF and PCB determination in dolphin reveals a word hotspot for PCBs in Guanabara Bay, Brazil*. Organohalogen Compounds 70: 1255-1276.
82. DORNELES, P.R., Lailson-Brito, J., Secchi, E.R., Bassoi, M., Lozinski, C.P.C., Torres, J.P.M., Malm. O. 2007. *Cadmium concentrations in franciscana dolphin (Pontoporia blainvillei) from south Brazilian coast*. Brazilian Journal of Oceanography. 55: 179-186.
83. ECODEBATE *apud* INEA. CPI da Crise Hídrica no Rio discute polêmica barragem no Rio Guapiacu. Reportagem. 31 de março de 2015. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2015/03/31/cpi-da-crise-hidrica-no-rio-discute-polemica-barragem-no-rio-guapiacu/>
84. ECOLOGUS - AGRAR. 2005. Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara. Relatório Final-Síntese. Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Projetos Ambientais Complementares. Rio de Janeiro, outubro de 2005.
85. ECOLOGYBRASIL/MEGATRANZ. RAS das Obras de dragagem e abertura do canal de navegação, na Baía de Guanabara, Foz e calha do Rio Guaxindiba e implantação do cais no canal Guaxindiba. Outubro de 2011.
86. EGLER, C., BESSA, V., GONÇALVES, A, 2013. Pensar o território e a região: por uma agenda de desenvolvimento regional. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 28, p.7-17, mai./ago. 2013;
87. EKEN, G., BENNUN, L., BROOKS, T.M., DARWALL, W., FISHPOOL, L.D. & FOSTER, M. 2004. *Key biodiversity areas as site conservation targets*. BioScience 54 (12): 1110–1118.
88. ELLIOTT, M., Whitfield, A. K., Potter, I. C., Blaber, S. J. M., Cyrus, D. P., Nordlie, F. G., Harinson, T. D. 2007. *The guild approach to categorizing estuarine fish assemblages: a global review*. Fish and Fisheries 8, 241-268.
89. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. [Decreto-Lei] 40.916, de 28 de agosto de 2007, que institui o Fórum para o Desenvolvimento da área de influência do COMPERJ - Fórum COMPERJ. Diário Oficial do Poder Executivo ano XXXIII - nº 162.
90. EUROPEAN COMISSION. Guidance on Integrating Climate Change and Biodiversity into Strategic Environmental Assessment. 2013. ISBN 978-92-79-29016-9
91. FELIX, G. Avaliação Ambiental Estratégica: as etapas de acompanhamento e atualização. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
92. FERNADES, C.H.V. (coord.). 2012. Plano de Manejo da ESEC Guanabara. ICMBio. Brasília/DF.

93. FERRAZ, R.P.D. *et. al.* 2003. Diagnóstico do meio físico da bacia hidrográfica do Rio do Imbé (RJ): aplicação de metodologia integrada como subsídio ao manejo de microbacias. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, n^o 29. Embrapa Solos. Rio de Janeiro/RJ. 92 p.
94. FERREIRA, L. C., 2011. Análise do Processo de Avaliação de Impactos Ambientais Indiretos, Cumulativos e Sinérgicos nos Estudos de Impacto Ambiental de Grandes Projetos de PAC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói. Disponível em: http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_arquivos/14/TDE-2011-06-28T134625Z-2982/Publico/Dissertacao%20Lidia%20Ferreira.pdf.
95. FISHER, B.; TURNER, R.K.; MORLING, P. Defining and classifying ecosystem services for decision making. *Ecological Economics*, v.8, p. 643-653, 2009.
96. FLUMINENSE. Governo lança licitação do PET Leste. 2014. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/governo-lanca-edital-para-licitacao-do-pet-leste>>. Acesso em: 23 mar. 2014.
97. FONSECA, R.N. 2009. Estrutura e Composição florística do estrato arbóreo em um trecho de Floresta Ombrófila densa submontana no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Guapimirim, RJ. Monografia de conclusão de curso. UFRJ. Seropédica/RJ.
98. FOREST TRENDS. Incentivos econômicos para Serviços Ecossistêmicos no Brasil. *Forest Trends*, 2015.
99. FRANCONI, E., WAGENER, A., SCOFIELD, A. L, CAVALIER, B., 2005. *Biomonitoring of polycyclic aromatic hydrocarbon in Perna perna from Guanabara Bay, Brazil*. *Environmental Forensics*. Vol. 6, 361-370.
100. FREITAS FILHO, C., 2015, Avaliação Crítica da Análise Quantitativa de Riscos como Ferramenta para Gestão Pública no Brasil, Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
101. FUNDAÇÃO CEPERJ (Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro), 2013. Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 2013. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/Anuario2013/index.html>, vários acessos.
102. FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA & INPE. 2011. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica e ecossistemas associados no período de 2008–2010. São Paulo/SP. 80 p.
103. GACHECHILADZE-BOZHESKU, M.; FISCHER, T.B. Benefits of and barriers to SEA follow-up — Theory and practice, *Environmental Impact Assessment Review*, v.34, pp. 22-30, 2012.
104. GALINDO-LEAL, C. & CÂMARA I.G. 2005. *Atlantic forest hotspots status: an overview*. pp. 3-11. In: GALINDO-LEAL, C. & CÂMARA, I.G. (eds.). *Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas*. Conservação Internacional/Fundação SOS Mata Atlântica. Belo Horizonte/MG.
105. GENELETTI, D. *Reasons and options for integrating ecosystem services in strategic environmental assessment of spatial planning*. *International Journal of Biodiversity Science, Ecosystem Services & Management*, v.7, p. 143-149. 2011
106. GIULIANI, G.M. As áreas naturais protegidas e a responsabilidade social e ambiental das empresas: o caso do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense e do COMPERJ. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 16: 21-37.

107. GOMES, L.P. (Coordenadora). Resíduos Sólidos: Estudos de Caracterização e Tratabilidade de Lixiviados de Aterros Sanitários para as Condições Brasileiras. PROSAB 5, ABES, 2009.
108. GONÇALVES-SILVA, F.M.M., Vianna, M, em preparação. Uso de um estuário antropizado no sudeste brasileiro como berçário para elasmobrânquios.
109. GOVRJ – Governo do ERJ. Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro 2012-2031. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Rio de Janeiro. RJ. Março 2012.
110. _____. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Regional do Rio de Janeiro. Disponível no site: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais>.
111. GUEDES-BRUNI, R.R. 1998. Composição, estrutura e similaridade de dossel em seis unidades fisionômicas de Mata Atlântica no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. USP. São Paulo/SP.
112. GUERRA, F. 2009. Ocorrência, distribuição e influência de plantas exóticas sobre a comunidade vegetal nativa do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, RJ. Dissertação de Mestrado. UFFRJ. Seropédica/RJ. 87p
113. GUNN, J., NOBLE, B. F., 2011. Conceptual and methodological challenges to integrating SEA and cumulative. effects assessment. *Environmental Impact Assessment Review* 31 (2011) 154–160.
114. HANUSCH, M.; GLASSON, J. Much ado about SEA/SA monitoring: The performance of English Regional Spatial Strategies, and some German comparisons, *Environmental Impact Assessment Review*, v.28, pp. 601–617, 2008.
115. HARVEY, D., 2012. Direito à Cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
116. HERLING, T., 2012. Plano de Habitação de Interesse Social do Estado do Rio de Janeiro. Versão Final. Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seh/exibeconteudo?article-id=1966091>, acesso em março de 2015.
117. _____. 2012. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS. Anexo I: A política habitacional estadual para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seh/exibeconteudo?article-id=1966091>, acesso em março de 2015.
118. _____. 2012. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS. Anexo II: A política habitacional estadual para a Região das Baixadas Litorâneas. Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seh/exibeconteudo?article-id=1966091>, acesso em março de 2015.
119. HERRERA, B. 2013. Os órgãos ambientais estão sofrendo uma pressão evidente da agenda desenvolvimentista. Entrevista concedida Maira Mathias. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.
120. HESPANHOL, I.; HELMER, R. *Water pollution Control: a guide to the use of water quality management principles*. Londres: E&FN Spon, 1997. v. 1. 510 p.
121. HIROTA, M.M. & PONZONI, F.J. (coords.). 2014. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. Período 2012-2013. Relatório Técnico. SOSMA/INPE. São Paulo/SP. 61 p.
122. HSE (Health and Safety Executive), 2011, PADHI HSE's land use planning methodology.
123. IAIA, Strategic Environmental Assessment Follow up, 2005. Disponível em: <http://www.iaia.org/conferences/special-meetings/prague/sea-followup.aspx>.

124. _____. International Association for Impact Assessment. 2009. What is Impact Assessment? Disponível em: http://iaia.org/publicdocuments/special-publications/What%20is%20IA_web.pdf
125. IBAMA, 1997. PORTARIA nº 8, de 20 de fevereiro de 1997. Estabelece medidas de ordenamento pesqueiro destinado a APA de Guapimirim. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 de fevereiro de 1997, Seção 1, p.75.
126. _____. Nota Técnica nº 10/2012. Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais – Orientações metodológicas no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. CGPEG/DILIC/IBAMA/MMA.Brasília. DF.
127. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
128. _____. Descrição do método de tendência para estimar os totais das populações em pequenas áreas IBGE, 2000. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br/Programa/PEQAR/Manuais/METODOLOGIA%20AIBI%20e%20COORTES.doc>>
129. _____. 1991. Manual técnico da vegetação brasileira. IBGE. Rio de Janeiro/RJ. 92 p.
130. _____. 1993. Mapa de vegetação do Brasil. IBGE, Rio de Janeiro/RJ.
131. _____. Censo Demográfico, 2000. Disponível em : <www.ibge.gov.br>. Acesso em 12. Dez. 2014 às 12:12
132. _____. Censo Demográfico, 2010. Disponível em : <www.ibge.gov.br>. Acesso em 18. Dez. 2014 às 13:42
133. _____. Censo Demográfico: 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.
134. _____. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/default.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
135. _____. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/default.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
136. _____. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
137. _____. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014default.shtm>>. Acesso em: 5 abr. 2015.
138. _____. Estudo dos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (2015). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/
139. _____. Perfil dos Municípios Brasileiros 2002: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, 2003.

140. _____. Perfil dos Municípios Brasileiros 2006: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, 2007.
141. _____. Perfil dos Municípios Brasileiros 2008: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, 2009.
142. _____. Perfil dos Municípios Brasileiros 2011: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, 2012.
143. _____. Perfil dos Municípios Brasileiros 2013: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, 2014.
144. _____. Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e idade: 2000-2030 – Revisão 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm> Acesso em: 5 abr. 2015.
145. IBRE/FVG – Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas. Portal de Dados da Indústria IBRE/FGV
146. ICMBIO. Portaria nº 178, de 4 de dezembro de 2001, que institui o Conselho da APA de Guapimirim. Extraída de <https://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim> (em 15/12/14, às 13:00).
147. _____. 2010. Mosaico Mico-leão-dourado. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/mosaicos-e-corredores-ecologicos/mosaicos-reconhecidos-oficialmente/1863-mosaico-mico-leao-dourado.html>. Acessado em: Marco de 2015.
148. _____. Atas das Reuniões do Conselho Consultivo CONAPAGUAPI (datas 21/02/12; 20/02/14; 08/04/14; 09/06/14 e 17/09/14), extraídas de <https://www.icbio.gov.br/apaguapimirim> (em 15/12/2014, às 18:32).
149. _____. Plano de Manejo da Estação Ecológica Guanabara- 2011. Extraído de <https://www.icmbio.gov.br/eseeguanabara> (em 15/12/14, às 20:17).
150. _____. Portaria nº60, de 21 de Julho de 2011, que renova o Conselho Consultivo CONAPAGUAPI. Extraída de <https://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim> (em 15/12/14, às 13:00).
151. _____. Regimento Interno de APA Guapi-Mirim e ESEC Guanabara. Extraída de <https://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/> (em 28/03/15, às 15:18).
152. IFC, International Finance Corporation, 2013. Good Practice Handbook Cumulative Impact Assessment and Management: Guidance for the Private Sector in Emerging Markets. Environmental, Social, and Governance Department of the International Finance Corporation (IFC) and ESSA Technologies Ltd., Vancouver, BC, Canada. Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3aebf50041c11f8383ba8700caa2aa08/IFC_GoodPracticeHandbookCumulativeImpactAssessment.pdf?MOD=AJPERES
153. INEA - Instituto Estadual do Ambiente. Portal de Licenciamento. Licenciamento. Andamento de Processos. (Consulta-Municípios). Retirado de: <http://200.20.53.7/ineaportal/AndamentoProcessos.aspx?ID=b0ffc6ea-da5b-482f-ab64-1392473d4155>. Acessado em: Fev. 2015.
154. _____. Base Temática do Estado do Ambiente, 2010. Extraída de http://www.inea.rj.gov.br/basetematica_estadoambiente/ (em junho/2013).

155. _____. Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILAM Gerência de Licenciamento de Risco Ambiental Tecnológico – GELRAM Serviço de Avaliação de Risco Ambiental Tecnológico e Planos de Emergência – SARAT. Parecer Técnico de Licença de Instalação N°: GELRAM-Pt-0063 Fl.1/30. Petróleo Brasileiro S.A. - Sistema de Dutos do COMPERJ.
156. _____. Instrução Técnica para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, para a implantação do sistema de dutos que efetuarão o transporte de produtos líquidos entre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e a Estação de Campos Elíseos e o Terminal Aquaviário da Ilha Comprida (TAIC) e o gasoduto que interligará o sistema de gasodutos Cabiúnas-REDUC (GASDUC) ao COMPERJ.
157. _____. Instituto Estadual do Ambiente. Licenças Ambientais e Pareceres Técnicos referentes ao COMPERJ.
158. IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos), 2012. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. Coleção Estudos Cariocas, N° 20120501. Maio de 2012. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/3190_Favelasna_cidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF, acesso em março de 2015.
159. ISP (Instituto de Segurança Pública), 2011. Balanço das Incidências Criminais e Administrativas no Estado do Rio de Janeiro 2011. Balanço Anual.
160. _____. 2013. Balanço das Incidências Criminais e Administrativas no Estado do Rio de Janeiro 2013. Balanço Anual.
161. ITO, M. R.; ORTIZ, R. A. Pagamentos por serviços ambientais: desafios para estimular a demanda. Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais EU-Brasil. Brasília: MMA, 2013. 52 p..
162. IUCN. International Union for Conservation of Nature 2010. Red List. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org/>. Acesso em: Março de 2015.
163. JABLONSKI, S. 2012. Inventário da atividade pesqueira. In: Baía de Guanabara: síntese do conhecimento ambiental. Vol. I. M. G. Meniconi (ed.), Rio de Janeiro: PETROBRAS, 337p.
164. JORNAL O DIA, Entrevista Governador do ERJ, em 6 de fevereiro de 2015 (<http://odia.ig.com.br/odia24horas/2015-02-06/edital-da-linha-3-do-metro-sai-ate-marco.html>).
165. Jornal O Globo. 2015. Comperj. Dilema petroquímico. Disponível em: [mhttp://oglobo.globo.com/infograficos/comperj/?aba=meioambiente](http://oglobo.globo.com/infograficos/comperj/?aba=meioambiente). Acessado em: maio de 2015.
166. KARJALAINEN T.; MARTTUNEN M.; SARKKI S.; RYTKÖNEN A. *Integrating ecosystem services into environmental impact assessment: An analytic-deliberative approach*. Environmental Impact Assessment Review, v.40, p. 54-64, 2013.
167. KNOPPS, J.M.H., TILMAN, D., HADDAD, N.M., NAEEM, S., MITCHELL, C.E., HAARSTAD, J., RITCHIE, M.E., HOWE, K.M., REICH, P.B., SIEMANN, E. & GROTH, J. 1999. *Effects of plant species richness on invasion dynamics, disease outbreaks, insect abundances and diversity*. Ecology Letters 2: 286-293.
168. KUMAR P.; ESEN E. S.; YASHIRO M. *Linking ecosystem services to strategic environmental assessment in development policies*. Environmental Impact Assessment Review, v.40, p. 75-81. 2013.

169. KURTZ, B.C. & ARAÚJO, D.S.D. 2000. Composição florística e estrutura do componente arbóreo de um trecho de Mata Atlântica na Estação Ecológica Estadual do Paraíso, Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro, Brasil. *Rodriguesia* 51 (78/79): 69-111.
170. LABHID/COPPE/UFRJ. Laboratório de Hidrologia e Estudos do Meio Ambiente, Instituto Alberto Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estudos de Disponibilidade Hídrica de Várias Alternativas para Abastecimento d'água do COMPERJ - Polo Petroquímico de Itaboraí. Laboratório de Hidrologia/UFRJ, Rio de Janeiro - RJ, 2007
171. LABTRANS. Plano Mestre do Porto do Rio de Janeiro. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, 2014. 1–387 p. Florianópolis, SC.
172. LAGOS, A.R. & MULLER, B.A.L. 2007. Hotspot brasileiro: Mata Atlântica. *Saúde e Ambiente em Revista* 2 (2): 35-45.
173. LAILSON-BRITO, J., 2007. Bioacumulação de mercúrio, selênio, e compostos organoclorados (DDT, PCB e HCB) em cetáceos da costa Sudeste-Sul do Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
174. LAILSON-BRITO, J., Dorneles, P.R., Azevedo-Silva, C.E., Azevedo, A.F., Vidal, L.G., Azeredo, A., Fragoso, A.B.L., Cunha, H.A., Torres, J.P.M., Malm, O. 2010. *Higt organochlorine accumulation inn blubbler of guiana dolphin, Sotalia guianensis, from Brazilian cost and its use to estabilish geographical differences among populations*. *Enviromental Pollution* 158: 1800-1808.
175. LAILSON-BRITO, J., Fragoso, A.B.L., Cunha, H.A., Dorneles, P.R., Azevedo, A.F. 2012. O boto-cinza e outros cetáceos, 197-222. In: *Baía de Guanabara: síntese do conhecimento ambiental*. Vol. II. M. G. Meniconi (ed.), Rio de Janeiro: PETROBRAS, 479p.
176. LAVRADO, H., Mayr, L.M., Carvalho, V., Paranhos, R. 1991. *Evolution (1980-1990) of ammonia and dissolved oxygen in Guanabara bay, RJ, Brazil*. In: Maggon, O.T., Convex, H., Tippie, V., Tobon, L.T., Clarke, D., editors. *Proceedings of the 7th Symposium of coastal and ocean management - Coastal zone* 91:3234–3245.
177. LAVRADO, H.P., Keunecke, K.A. 2012. Caracterização da fauna demersal de decápodes. 345-370. . In: *Baía de Guanabara: síntese do conhecimento ambiental*. Vol. II. M. G. Meniconi (ed.), Rio de Janeiro: PETROBRAS, 479p.
178. LEVINE, J.M., VILÀ, M., D'ANTONIO, C.M., DUKES, J.S., GRIGULLIS, K. & LAVOREL, S. 2003. *Mechanisms underlying the impacts of exotic plant invasions*. *Proceedings of the Royal Society of London* 270: 775-781.
179. LIMA, E.F.A. Acumulação de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos em invertebrados marinhos e avaliação do uso de biomarcadores celulares e bioquímicos no biomonitoramento. 184 f. Tese Doutorado em Química Analítica – Departamento de Química, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
180. LIMA/COPPE/UFRJ. 2008. Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Investimentos da Petrobras na Área de Abrangência da Baía de Guanabara – PLANGAS, GNL e COMPERJ (AAE Petrobras), Rio de Janeiro, RJ: Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente, 2008. 613 p. Disponível em: <http://www.lima.coppe.ufrj.br/pages/pagina.php?id= projetos/ipga/02>.

181. LINHARES, P. T.; BARBOSA, G. S; QUEIROZ, T. C.; BELTRÃO, S. A.; GOMES, E. CONLESTE: Uma Cooperação Improvável. *In: XIX Encontro Nacional e I Encontro Internacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística, Codeplan e Anipes, Brasília/DF, 13 a 15 de agosto de 2014.*
182. LINO, C.F. & ALBUQUERQUE, J.L. (orgs.). 2007. Mosaicos de unidades de conservação no corredor da Serra do Mar. Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica 32. Conservação e Áreas Protegidas. Série 1. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. São Paulo/SP. 96 p.
183. LUZ, J.S., SOUZA, B.A., 2014. O Uso do Solo Urbano e a Formação dos Aglomerados Subnormais em Anápolis (Go): A Cidade Média na Dimensão Intraurbana. XIII Seminário Internacional RII (Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio). 01^a 04 de setembro. Salvador, Brasil.
184. MARINI, M.A. & GARCIA, F.I. 2005. Conservação de aves no Brasil. *Megadiversidade* 1 (1): 95-102.
185. MARTINS, D. S.; BRAGA, R. Contribuição para elaboração de cartas de sensibilidade ambiental para derramamentos de óleo: impactos socioambientais na atividade pesqueira. *HOLOS Environment*, v. 9, p. 219-235, 2009.
186. MAYR, L.M., Tenenbaum, D.R., Villac, M.C., Paranhos, R., Nogueira, C.R., Bonecker, S.L.C., Bonecker, A.C.T. 1989. *Coastlines of Brazil*. Reston, VA: American society of Civil Engineers.
187. MC (Ministério das Cidades)/SNH (Secretaria Nacional de Habitação), 2011. Déficit Habitacional no Brasil 2008. Brasília, Ministério das Cidades, abril de 2011.
188. MEA - Millennium Ecosystem Assessment. *Ecosystems and human well-being: synthesis*. Washington: Island Press, 2005
189. MENICONI, M. F. G. & BARBANTI, S.M. 17^o *Case Study: Evaluation of Hydrocarbon Sources in Guanabara Bay, Brazil*, *In: Oil Spill Environmental Forensics*. Elsevier, 2006/07.
190. MENICONI, M. F. G. & GABARDO, I. T. *Brazilian Oil Spills Characterization—Case Studies. Environmental Forensics, 2002*, n. 3.
191. MENICONI, M. F. G.; MASSONE, C. G. & SCOFIELD, A. L. *Distribution and Sources of Polycyclic Aromatic Hydrocarbons in Sediments of Guanabara Bay, Brazil. Proceedings of the Twenty-sixth Arctic and Marine Oilspill Program (AMOP) Technical Seminar*. British Columbia: Canadá, Junho 10 a 12 de 2003.
192. MIGUEZ M.G., RESENDE O., FRANCO A.B.R.C., LIBERATO D.B., 2015. Drenagem Urbana, Cheias e Influências Recíprocas sobre as Cidades em um Contexto de Mudanças Climáticas. UFRJ/POLI. Rio de Janeiro.
193. MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE. 2012. Relatório de Impacto Ambiental. Implantação da Unidade de Processamento de Gás Natural e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – COMPERJ. PETROBRAS S.A. Rio de Janeiro/RJ.
194. _____. 2013. Avaliação de Impactos Cumulativos e Sinérgicos Anexo II.9-1, EIA Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 2 – Petrobras. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Atividade%20de%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20Escoamento%20de%20Petr%C3%B3leo%20e%20G%C3%A1s%20Natural%20do%20Polo%20Pr%C3%A9-Sal%20da%20Bacia%20de%20Santos%20-20Etapa%202/>

Anexos/Anexo%20II.9-1%20Avaliacao%20Impactos%20Cumulativos/Anexo%20II.9-1%20-%20Avaliacao%20Impactos%20Cumulativos.pdf

195. MMA – Ministério do Meio Ambiente. Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios. Brasília: MMA, 2011.
196. _____. Avaliação Ambiental Estratégica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.
197. _____. 2005. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 14, de 14 de junho de 2005. Estabelece critérios para o uso de artes de pesca fixas conhecidas como cercadas, currais, estacadas, marcas de barragem, tribobós e ganchos, e demais nomenclaturas regionais utilizadas nas lagunas, baías e enseadas do Estado do Rio de Janeiro. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 de junho de 2005.
198. _____. 2008. Guia para Avaliação Ambiental Estratégica. Minuta. Documento Resultado da Oficina Sobre Metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica. Brasília
199. _____. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos".
200. _____. CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL & FUNDACAO SOS MATA ATLÂNTICA. 2006. O Corredor Central da Mata Atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade. Brasília: MMA. Brasília/DF. 46p.
201. _____. 2007. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira. MMA. Brasília/DF. 300 p.
202. _____. 2010. PNRS. Política Nacional de Resíduos Sólidos. LEI Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Brasília. DF.
203. MMA/IPEA. Ministério do Meio Ambiente e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, agosto de 2012.
204. MMACF. Mosaico Mata Atlantica Central Fluminense. 2010. Plano de Ação. MMLD. Rio de Janeiro/RJ.
205. MME. Ministério de Minas e Energia & Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Plano Nacional de Energia 2030. Brasília: MME: EPE: 2007.
206. MMLD. Mosaico Mico-Leao-Dourado. 2011. Plano de Ação. MMLD. Rio de Janeiro/RJ. 18 p.
207. MOREIRA-LIMA. s.d. Aves da Mata Atlântica: riqueza, composição, status, endemismos e conservação. Dissertação de Mestrado. Instituto de Biociências/USP. São Paulo/SP.
208. MORENO, M.R., NASCIMENTO, M.T. & KURTZ, B.C. 2003. Estrutura e composição florística do estrato arbóreo em duas zonas altitudinais na mata atlântica de encosta da região do Imbé, RJ. *Acta Botânica Brasileira* 17 (3): 371-386.
209. MORRISON-SAUNDERS, A.; ARTS, J. Learning from experience: emerging trends in environmental impact assessment follow-up, *Impact Assessment and Project Appraisal*, v.23, n.3, pp. 170-174, 2005.
210. MORRISON-SAUNDERS, A.; POPE, J.; BOND, A.; et al. Towards sustainability assessment follow-up, *Environmental Impact Assessment Review*, v. 45, pp.38–45, 2014.

211. MPA/MMA, 2011. INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies e áreas de operação de pesca. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p.50.
212. MUNK, N. Inclusão dos Serviços Ecossistêmicos na Avaliação Ambiental Estratégica. Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ, 2015.
213. MUSSI, R.M.G. 2010. O Corredor Ecológico do Muriqui: estudo, planejamento e uso do espaço para a conservação do bioma Mata Atlântica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro/RJ. 114 p.
214. MYERS, N., MITTERMEIER, R.A., MITTERMEIER, C.G., FONSECA, G.A.B. & KENT, J. 2000. *Biodiversity hotspots for conservation priorities*. *Nature* 403: 853–858.
215. NAHLIK, A. M.; KENTULA, M. E.; FENNESSY, M. S.; LANDERS, D. H.; *Where is the consensus? A proposed foundation for moving ecosystem service concepts into practice*. *Ecological Economics*, v.77, p.27-35, 2012
216. NILSSON, M., WIKLUND; H., FINNVEDEN, G., et al. Analytical framework and tool kit for SEA follow-up, *Environmental Impact Assessment Review* , v.29, pp. 186-199, 2009.
217. NORMA NBR 10 004, ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
218. NUNES, D. A. L. A., 2010. A Avaliação Ambiental Estratégica e os Impactos Cumulativos. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Lisboa. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395140461764/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>
219. ODUM, E.P. 1985. *Ecologia*. Interamericana. Rio de Janeiro/RJ.
220. OECD DAC - *Organisation For Economic Co-Operation And Development. Strategic Environmental Assessment and Ecosystem Services*, Advisory Note. Endorsed by the members of the DAC Network on Environment and Development Co-operation (ENVIRONET), 2010
221. OLIVEIRA, V.R.S., 2008. Impactos Cumulativos na Avaliação de Impactos Ambientais: Fundamentação, Metodologia, Legislação, Análise de Experiências e Formas de Abordagem. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: http://www.bdtf.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/11/TDE-2009-07-06T151042Z - 2141/Publico/2141.pdf
222. ONU-HABITAT/UFF (Universidade Federal Fluminense), 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Cachoeiras de Macacu 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
223. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Casimiro de Abreu 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.

224. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Guapimirim 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
225. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Itaboraí 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
226. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Magé 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
227. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Maricá 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
228. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Niterói 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
229. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Rio Bonito 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
230. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de São Gonçalo 2000-2010. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
231. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Silva Jardim 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
232. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, COMPERJ. Boletim de acompanhamento no Município de Tanguá 2000-2011. ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. Niterói: Ed. da UFF, 2013.
233. _____. 2013. Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.
234. OPORTO, L.T. & LATINI, A.O. 2005. Introdução intencional e sua relação com o estabelecimento de espécies invasoras. In: Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras. Anais. 2005. Brasília/DF.
235. PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. Relatório Regional do Rio de Janeiro, 9º Balanço 2011 - 2014. Ano III. Disponível em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais>.
236. PACHECO, J.F. & FONSECA, P.S.M. 2001. *The remarkable rediscovery of the Kinglet Calyptura cristata*. Cotinga 16: 48-51.

237. Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. 2015. Restauração da Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.pactomataatlantica.org.br>. Acessado em: Maio de 2015.
238. PAIVA, M. P. 1983. Peixes e pescas das águas interiores do Brasil. Editerra. Brasília/DF. 158 p.
239. PARTIDARIO M e GOMES R. *Ecosystem services inclusive SEA*. IAIA'11 conference proceedings: impact assessment and responsible development for infrastructure, business and industry. Puebla, México, 2011.
240. PARTIDÁRIO, M do R.; ARTS, J., Exploring the concept of strategic environmental assessment follow-up, *Impact Assessment and Project Appraisal*, v.23, n.3, pp. 246-257, 2005.
241. PELCRJ. Plano Estratégico de Logística e Carga do Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <http://www.pelcrj2040.rj.gov.br/objetivos.asp>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.
242. PERSSON A., NILSSON M., Towards a framework for sea follow-up: theoretical issues and lessons from policy evaluation, *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, v. 9, n. 4, pp. 473–496, 2007.
243. PETROBRAS, 2009a, Estudo de Análise de Riscos – Instalações da Faixa Norte do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, Revisão 0.
244. _____. 2009b, Estudo de Análise de Riscos – Gasoduto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), Revisão 0.
245. _____. 2010, Estudo de Análise de Riscos – Dutos Norte do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ – Nova Configuração, Revisão 2.
246. _____. 2013, Estudo de Análise de Riscos – Gasoduto Rota 3 (Maricá) – Trecho Terrestre
247. _____. Apresentação, em power point, sobre o COMPERJ realizada para a equipe do LIMA. Rio de Janeiro. 2014.
248. _____. Complementação EIA-RIMA Comperj. 2008
249. _____. Estudo de Impacto Ambiental – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – U-8110 – Estrada para Acesso de Cargas Especiais (UHOS). Revisão A. Planave Consultoria. Petrobras/ E&P, Janeiro de 2010.
250. _____. 2015. Implantação da Unidade de Processamento de Gás Natural e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes.
251. _____. Obras do emissário do Comperj: respostas à Reuters. Fatos e Dados, Ago. 2014a. Retirado de: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/obras-do-emissario-do-comperj-respostas-a-reuters.htm>
252. _____. PBA Comperj – Programas socioambientais. Março de 2008. Disponível em: http://www.observatoriodopresal.com.br/wp-content/uploads/2011/08/PBA_COMPERJsocioambientais.pdf
253. _____. Projetos das refinarias Abreu e Lima e COMPERJ são diferentes dos propostos inicialmente. Fatos e Dados, Abr. 2014c. Retirado de: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/projetos-das-refinarias-abreu-e-lima-e-comperj-sao-diferentes-dos-propostos-inicialmente.htm>

254. _____. 27º Relatório do Programa de Gestão Ambiental (PGA). Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, 2015.
255. _____. 6º Relatório do Programa de Gestão Ambiental (PGA). Sistema Dutoviário – COMPERJ, 16 de fevereiro de 2015.
256. PETROBRAS/BOURSCHEID. RIMA do Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ. Out. 2009.
257. PETROBRAS/CEPEMAR. EIA para implantação do emissário terrestre e submarino do COMPERJ. 2010.
258. PETROBRAS/CEPEMAR. RIMA para implantação das LT de 345 kV da derivação para o COMPERJ. 2010.
259. PETROBRAS/CONCREMAT Engenharia. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos COMPERJ. 2007.
260. PETROBRAS/E&P. RIMA do EIA de píer e via especial de acesso para transporte dos grandes equipamentos (UHOS) do COMPERJ – Revisão A. Jan. 2010. (64 pgs) E-07/203026/08
261. PETROBRAS/MINERAL. RIMA da Implantação da UPGN e ULUB – Comperj (2012)
262. PGA da Petrobras, Relatórios de Programa de Gestão Ambiental (PGA COMPERJ – 2008 a 2014).
263. PIRES, I.O. 1992. Monitoramento de manguezais da APA Guapi-Mirim, RJ, através de correlação de dados da fitomassa e de radiância do TM/ LANDSAT. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. 149 p.
264. PIRES, I.O. 2010. Manguezais da região do recôncavo da Baía de Guanabara: revisita através dos mapas. Revista da Gestão Costeira Integrada 8 (2): 1-9.
265. PLANAVE S.A. 2010. Estudo de Impacto Ambiental. Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – U-8110 – Estrada para Acesso de Cargas Especiais (UHOS). Vol I. PETROBRAS S.A. Rio de Janeiro/RJ.
266. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)/IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) / FJP (Fundação João Pinheiro), 2014. Atlas de Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 1ª Edição. PNUD Brasil. Ed. Brasil: novembro de 2014.
267. PNUD. Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2013. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Série Atlas do Desenvolvimento do Brasil 2013. Brasília: PNUD, IPEA e FJP, dezembro 2013.
268. PNUD/IPEA/FJP, 2014. Atlas de Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
269. PPA - Plano Plurianual. Plano Plurianual do Rio de Janeiro 2012-2015. Volume I e II. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Rio de Janeiro, RJ. 2011.
270. RAPOSO, M.A, STOPIGLIA, R., LOSKOT, V. & KIRWAN, G.M. 2006. *The correct use of the name Scytalopus speluncae (Ménétriés, 1835), and the description of a new species of Brazilian Scytalopus (Aves: Passeriformes: Rhinocryptidae)*. Zootaxa 1271: 37–56.
271. RAPOSO, M.A. & TEIXEIRA, D.M. 1992. Revalidação de *Chamaeza meruloides* Vigors, 1825. Boletim do Museu Nacional (Zoologia) 350: 1-8
272. RBMA. 2008. Serra do Mar. Corredor de biodiversidade. Disponível em: http://www.rbma.org.br/anuario/mata_06_smar_varias_cor_bio.asp. Acessado em: Marco de 2014.

273. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 313, DE 29 DE OUTUBRO DE 2002. Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
274. RIBEIRO, M.C., METZGER, J.P., MARTENSEN, A.C., PONZONI, F.J. & HIROTA, M.M. 2009. *The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation*. Biological Conservation 142: 1141-1153.
275. RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. 3ª Edição. Ed. Guanabara. 469pp, 1996, in DANTAS, *et al* (2008).
276. RIMA TPN – Relatório de Impacto Ambiental Terminais Ponta Negra – Maricá. RJ Fevereiro/2014. Acesso em 18/06/2015: www.inea.rj.gov.br.
277. ROBERTS, P.J.W., 1996, *Sea Outfall*, In Singh, V.P., Hager, W.H. (ed.), Environmental Hydraulics, chapter 3, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
278. ROCHA, C.F.D. 2000. Biogeografia de répteis de restingas: distribuição, ocorrência e endemismos. In: ESTEVES, F.A. & LACERDA, L.D. (eds.). Ecologia de restingas e lagoa. Rio de Janeiro/RJ.
279. ROCHA, C.F.D., VAN SLUYS, M., ALVES, M.A.S. & BERGALLO, H.G. 2001. Corredores de vegetação e sua importância em propostas de reflorestamento no Estado do Rio de Janeiro. IQM-Verde. Fundação CIDE. CD-ROM.
280. ROSENFELDER, N., Lehnert, K., Kaffarnik, S., Torres, J.P.M., Vianna, M., Vetter, W. 2012 *Thorough analysis of polyhalogenated compounds in ray liver samples off the coast of Rio de Janeiro, Brazil*. Environ Sci Pollut Res. 19:379–389
281. SAFFORD, H.D. 1999. Brazilian Páramos I: *An introduction to the physical environment and vegetation of the campos de altitude*. Journal of Biogeography 26: 693-712.
282. SAFFORD, H.D., & MARTINELLI, G. 2000. Southeast Brazil. pp. 339-389. In: Inselbergs: Biotic diversity of isolated rock outcrops in Tropical and Temperate regions. Springer, Alemanha.
283. SANTOS R.F., VIVAN J.L. Pagamento por serviços ecossistêmicos em perspectiva comparada: recomendações para tomada de decisão. Projeto apoio aos diálogos setoriais união europeia. MMA Brasil, 2012
284. SANTOS, R. F. D. O contexto histórico da definição conceitual de Serviços Ecossistêmicos. Ciclo de Conferências - 2014: Serviços Ecossistêmicos – conceitos e valores. São Paulo, 2014
285. SCARAMUZZA, C.A.M, SIMÕES, L.L., RODRIGUES, S.D., ACCACIO, G.M., HERCOWITZ, M., ROSA, M.R., GOULART, W., PINAGÉ, E.R. & SILVA SOARES, M. 2004-2011. Visão da biodiversidade da Escorregão da Serra do Mar. Domínio biogeográfico da Mata Atlântica. WWF-Brasil. Brasília/DF.
286. SEA – Secretaria de Estado do Ambiente, 2012. Programa Rio + Limpo. Relatório Gerencial de Avanços 2009 – 2012 e Previsão de Investimentos – 2013.
287. _____. 2013. Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS/RJ) Volume 1 e 2 – Tomo I e II, Agosto, 2013.
288. SETCESP. Plano de infraestrutura e logística para cargas no Rio deve ficar pronto em 2015. 2014. Disponível em: <<http://www.setcesp.org.br/servicos-operacional/plano-de-infraestrutura-e-logistica-para-cargas-no-rio-deve-ficar-pronto-em-2015/22592>>. Acesso em: 21 de outubro de 2014.

289. SETTI, A. A.; LIMA, J. E. F. W.; CHAVES, A. G. M. e PEREIRA, I. C. Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Águas. 328p. il. 2001, in DANTAS, *et al* (2008).
290. SILVA, G.C. & NASCIMENTO, M.T. 2001. Fitossociologia de um remanescente de mata sobre tabuleiros no norte do estado do Rio de Janeiro (Mata do Carvão). *Revista Brasileira de Botânica* 24 (1): 51-62.
291. SILVA, J. P., 2008. Trabalho, cidadania e reconhecimento. São Paulo: Annablume, 2008, 165 p.
292. SILVA-JUNIOR D. R., Carvalho D. M. T., Vianna M. 2013. *The catfish Genidens genidens (Cuvier, 1829) as a potential sentinel species in Brazilian estuarine waters*. *J. Appl. Ichthyol.* 29: 1297–1303
293. SILVA-JUNIOR, D. R. 2013. Ictiofauna demersal da Baía de Guanabara: uma abordagem sobre a dinâmica de comunidades e potencialidades de seu uso na avaliação da qualidade ambiental. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
294. SILVA-JUNIOR, D. R., Santos, S.R., Travassos, M., Vianna, M. 2012. *Impact on a fish assemblage of the maintenance dredging of a navigation channel in a tropical coastal ecosystem*. *Brazilian Journal of Oceanography*, 60(1):25-32.
295. SILVEIRA, L.F. & OLMOS, F. 2007. Quantas espécies de aves existem no Brasil? Conceitos de espécie, conservação e o que falta descobrir. *Revista Brasileira de Ornitologia*, 15 (2): 289–296.
296. SILVEIRA, L.F. & STRAUBE, F.C. 2008. Aves ameaçadas de extinção no Brasil, pp. 379–383. In: MACHADO, A.B.; DRUMMOND, G.M. & PAGLIA, A.P. (orgs.). Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Ministério do Meio Ambiente. Brasília/DF.
297. SIMMEL, George. Goerge Simmel. Sociologia. (org.) Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.
298. SIQUIM. Sistema de Informação da Indústria Química/UFRJ/EQ. Estimativa Preliminar de Aspectos Ambientais. Indústria Petroquímica de Terceira Geração. 2007.
299. SKOLE, D.L. & TUCKER, C.J. 1993. *Tropical deforestation and habitat fragmentation in the Amazon: satellite data from 1978 to 1988*. *Science* 260: 1905-1910.
300. SLOOTWEG, R.; PIETER J.H.; BEUKERING V. *Valuation of Ecosystem Services and Strategic Environmental Assessment: Lessons from Influential Cases*. Report for the Netherlands Committee for Environmental Assessment, Utrecht, 2008
301. SOARES, D.G. 2012. Conflito, ação coletiva e luta por direitos na Baía de Guanabara. Tese de Doutorado. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro/RJ.
302. SOUZA JUNIOR, A. B., 2002, Planejamento de Emergência para Acidentes Industriais com Consequências Externas: Experiência Internacional e a Situação Brasileira, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
303. SPATA, A., 2014. Cumulatividade e Sinergia: Conceitos e Desafios para Avaliações de Impactos e elaboração de Planos de Gestão no Brasil, 2º Congresso Brasileiro Avaliação de Impactos, Ouro Preto, MG, Apresentação. Disponível em: <http://avaliacaodeimpacto.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Sess%C3%A3o-15-Andressa-de-Oliveira-Spata.pdf>
304. STOUFFER, P.C. & BIERREGAARD Jr, R.O. 1995. *Use of Amazonian forest fragments by understory insectivorous birds*. *Ecology* 76: 2429-2443.

305. TABARELLI, M., PINTO, L.P., SILVA J.M.C. & COSTA, C.M.R. 2005. Espécies ameaçadas e planejamento da conservação. Pp 86-94. In: GALINDO-LEAL, C. & CÂMARA, I.G. (eds.). Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas. Conservação Internacional/Fundação SOS Mata Atlântica. Belo Horizonte/MG.
306. THERIVEL, R. Strategic Environmental Assessment in Action, 2 ed. London. UK & Washington, DC, USA, Earthscan. 2010.
307. THERIVEL, R., ROSS, B., Cumulative effects assessment: Does scale matter? Special Issue on Data and Scale Issues for SEA, E. João (Guest Editor). Environmental Impact Assessment Review 27 (2007) 365–385.
308. TITO, M. R.; ORTIZ, R. A. Pagamentos por serviços ambientais: desafios para estimular a demanda. Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais EU-Brasil. Brasília: MMA, 2013. 52 p.
309. UFF. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos nos Municípios do Entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ 2000-2010, extraído de <http://www.noticias.uff.br/noticias/2013/10/boletinsCOMPERJ/boletinsCOMPERJ.php>, (em 13.04.2015)
310. ULIÃO, D.P. 2008. Turismo e governança ambiental democrática: reflexões em torno do Plano de Manejo e da visita pública na APA de GUAPI-MIRIM (RJ). Dissertação de Mestrado. UFF. Niterói/RJ. 170 p.
311. UNEP. *Integrating Ecosystem Services in Strategic Environmental Assessment: A guide for practitioners*. A report of Proecoserv. Geneletti, D, 2014.
312. UNISDR, 2012. Como Construir Cidades Mais Resilientes – Um Guia para Gestores Públicos Locais. Tradução de: How to Make Cities More Resilient – A Handbook of Mayors and Local Government Leaders. Genebra, Suíça. Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres.
313. VALENTIN, J. L. 1993. *Zooplankton community structure on the east-southeast Brazilian continental shelf (18-23° S latitude)*. *Continental Shelf Research* 13, 407-424.
314. VALENTIN, J.L., TENENBAUM, D.R., BONECKER, A.C.T., BONECKER, S.L.C, NOGUEIRA, C.R. & VILLAC, M.C. 1999. O sistema planctônico da Baía de Guanabara: Síntese do conhecimento. *Oecol. Bras.* 7:35-59.
315. VALERA, C. A., 2012. A avaliação ambiental integrada dos impactos cumulativos sinérgicos dos empreendimentos minerários. Disponível em: <http://www.gnmp.com.br/publicacao/147/avaliacao-ambiental-integrada-dos-impactos-cumulativos-sinergicos-dos-empreendimentos-minerarios#sthash.b248ty8U.dpuf>.
316. VERGARA FILHO, W. L. e ALVES, J. R. P. 1994. Composição e distribuição dos caranguejos (Crustacea, Decapoda, Brachyura) em manguezais impactados da Baía de Guanabara. II-Manguezal do Rio Iguaçu, Duque de Caixas, Rio de Janeiro. Anais do III Simpósio de Ecossistemas da Costa Brasileira: subsídios a um gerenciamento ambiental, Publicação ACIESP, 1(87): 151-156.
317. VIANA, R.M., Miranda-Ribeiro, A., Godoy, M.G., 2011. Déficit Habitacional 2007 e 2008: Principais Resultados para o Brasil e Minas Gerais.

318. VIANNA, M., Andrade-Tubino, M.F., Keunecke, K.A., Andrade, A.C., Silva-Junior, D.R., Padula, V. 2012. Estado atual do conhecimento sobre a ictiofauna. 169-196. In: Baía de Guanabara: síntese do conhecimento ambiental. Vol. II. M. G. Meniconi (ed.), Rio de Janeiro: PETROBRAS, 479p.
319. VILLELA, S. M. e MATTOS, A. Hidrologia Aplicada. São Paulo. ED. McGraw-Hill do Brasil. 245p. 1975, in DANTAS, *et al* (2008).
320. WAGENER, Angela de L., FRANCONI, Rebello; SCOFIELD, Eleine & CAVALIER, Arthur. *Biomonitoring of Polycyclic Aromatic Hydrocarbon in Perna perna from Guanabara Bay, Brazil*. Environmental Forensics, 2005.
321. WAGENER, Ângela et al. Avaliação dos Danos Causados pelo Derramamento de Óleo em Janeiro de 2000 na Baía de Guanabara (RJ) – Monitoramento Químico. PUC – Rio: Rio de Janeiro, 2002.
322. WALKER, L. J. & JOHNSTON, J., 1999. Guidelines for the Assessment of Indirect and Cumulative Impacts as well as Impact Interactions. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities 2001— 169pp.—21x29.7cm ISBN 92-894-1337-9. NE80328/D1/3. 1999. Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/archives/eia/eia-studies-and-reports/pdf/guidel.pdf>
323. WALLACE, K.J. *Classification of ecosystem services: problems and solutions*. Biological Conservation, v. 139, p. 235–246, 2007.
324. WARBURTON, N.H. 1997. *Structure and conservation of forest avifauna in isolated rainforest remnants in tropical Australia*. pp. 190-206. In: LAURANCE, W.F. & BIERREGAARD, R.O. (eds.) Tropical forest remnants: ecology, management and conservation of fragmented communities. The University of Chicago Press. Chicago.
325. WOLFE, B.E. & KLIRONOMOS, J.N. 2005. *Breaking new ground: soil communities and exotic plant invasion*. Bioscience 55 (6): 477-487.
326. ZILLER, S.R. 2001. Os processos de degradação ambiental originados por plantas exóticas invasoras. Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental. Curitiba/PR.

Sites das Agenda 21

- AGENDA 21 COMPERJ: http://COMPERJagenda21.com.br/filtro-agenda21/?lt=-22.463.866&lg=-2.652.736&utm_source=municipios&utm_medium=banner&utm_campaign=agenda21. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- AGENDA 21 LOCAL - Status dos Fóruns das Agendas 21 Locais. Extraído de <http://agenda21.com.br/> (em 20/01/15, às 15:48).
- AGENDA 21 LOCAL de Cachoeiras de Macacu, extraída de [http://agenda21cachoeiras de macacu.com.br/agenda-21-local/](http://agenda21cachoeirasde macacu.com.br/agenda-21-local/) (em 07/01/15, às 08:50).
- AGENDA 21 LOCAL de Casimiro de Abreu, extraída de <http://agenda21casimirodeabreu.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 08:51).
- AGENDA 21 LOCAL de Guapimirim, <http://agenda21guapimirim.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 09:02)

- AGENDA 21 LOCAL de Itaboraí, extraída de <http://agenda21itaborai.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 09:00)
- AGENDA 21 LOCAL de Maricá, extraída de <http://agenda21marica.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 09:01).
- AGENDA 21 LOCAL de Magé, extraída de <http://agenda21mage.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 08:50).
- AGENDA 21 de Niterói, extraída de <http://agenda21niteroi.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 09:00)
- AGENDA 21 LOCAL DE Rio Bonito, extraída de <http://agenda21riobonito.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 09:12)
- AGENDA 21 de São Gonçalo, extraída de <http://agenda21saogoncalo.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 09:04)
- AGENDA 21 LOCAL DE Silva Jardim, extraída de <http://agenda21silvajardim.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 09:04)
- AGENDA 21 LOCAL de Tanguá, extraída de <http://agenda21tangua.com.br/agenda-21-local/> (em 07/01/15, às 09:10)

Sites Consultados

- <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/complexo-petroquimico-do-rio-de-janeiro.htm>.
- <http://geo.ceperj.rj.gov.br/Base/gettabelas.do>
- <http://www.isp.rj.gov.br/dadosoficiais.asp>
- <http://emec.mec.gov.br/>
- <http://www.atlasbrasil.org.br>
- <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/nossa-meta-e-dobrar-a-producao-de-petroleo-ate-2020.htm>
- <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/refino/>
- <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>
- <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2000.aspx>
- <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3753>
- <http://censo2010.ibge.gov.br/>
- <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1;jsessionid=7713C6D5E422EFB4199A0187C94DA4BE.tcerj91>
- <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/>

- <http://www.estre.com.br/unidades.php#uni3a>
- <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rj.htm>
- EBA Serra dos Órgãos: <http://www.birdlife.org/datazone/sitefactsheet.php?id=20215>
- EBA Atlantic Forest Lowlands: <http://www.birdlife.org/datazone/ebafactsheet.php?id=71>
- Fundação CEPERJ: <http://www.ceperj.rj.gov.br/>, vários acessos.
- IBGE: http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html, vários acessos.
- ISP: <http://www.isp.rj.gov.br/dadosoficiais.asp>, vários acessos.
- PNUD: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>, vários acessos.
- <http://web.observatoriodasmetrosoles.net>, acesso em 21.09.2015.
- <http://www.policiaeseguranca.com.br/urbana.htm>, acesso em 23.09.2015.
- <http://www.sefaz.rj.gov.br>; acessado em 09/10/2015
- Prefeitura de Cachoeiras de Macacu: <http://www.cachoeirasdemacacu.rj.gov.br/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de Casimiro de Abreu: <http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de Guapimirim: <http://guapimirim.rj.gov.br/> Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de Itaboraí: <http://www.cidadedeitaborai.com.br/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de Magé: <http://www.mage.rj.gov.br/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de Maricá: <http://www.marica.rj.gov.br/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de Niterói: <http://www.niteroi.rj.gov.br/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de Rio Bonito: <http://www.riobonito.rj.gov.br/prefeitura/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de São Gonçalo: <http://www.saogoncalo.rj.gov.br/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de Silva Jardim: <http://www.silvajardim.rj.gov.br/site/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- Prefeitura de Tanguá: <http://tangua.rj.gov.br/home/>. Acesso em 5,6,8,9 de fevereiro de 2015.
- SUS: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rj.htm>, vários acessos.

CRÉDITOS

Adriano de Paula Fontainhas Bandeira, Engenheiro de Fortificação e Construção pelo Instituto Militar de Engenharia. Possui Mestrado e Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi professor no Departamento de Estatística da UFRGS em 2009 e 2010. É professor no curso de Engenharia de Fortificação e Construção e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes do Instituto Militar de Engenharia. Autor de artigos e publicações na área ambiental e de recursos hídricos. Responsável nesta AAE, em parceria, pelo tema “Logística de Transporte”.

Alessandra Fontana Oberling, Cientista Social. Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal Fluminense. Professora e coordenadora dos Cursos de Segurança e Ordem Pública e Segurança Pública com ênfase em Defesa Social, da Universidade Católica de Brasília. Conselheira Suplente do Conselho Nacional de Política de Drogas. Co-autora de relatórios de pesquisa em segurança pública, direitos humanos e política de drogas. Autora de artigos e publicações na área de antropologia. Responsável nesta AAE, em parceria, pelo tema “Mapeamento dos Atores e Conflitos Sociais”.

Alvaro Souza Junior, Engenheiro mecânico com mestrado em planejamento energético e doutorado em planejamento ambiental pela COPPE/UFRJ. Desde 1991 atua como consultor especialista em análise e gerenciamento de risco, com diversos trabalhos realizados para empresas dos setores de óleo e gás, químico, petroquímico, infraestrutura e mineração. Esses trabalhos incluem análises de risco qualitativas e quantitativas, programas de gerenciamento de risco e planos de emergência, em particular para incidentes de derramamento de óleo. Participou como auditor de segurança em auditorias ambientais. Foi pesquisador do Grupo de Análise de Risco, do Programa de Planejamento Energético, da COPPE/UFRJ. Foi consultor do Ministério do Meio Ambiente para assuntos relacionados a risco das atividades de petróleo no Brasil. É professor colaborador da COPPE/UFRJ e professor de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas. É sócio-diretor da ALC Soluções em Segurança de Processos. Responsável nesta AAE pela “Avaliação de Risco Ambiental”.

Angéli Viviani Colling, Engenheira de Bioprocessos e Biotecnologia, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Mestre e Doutora em Tecnologia Mineral e Ambiental, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE3M-UFRGS). Pós-Doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa de Engenharia no Programa de Planejamento Energético (UFRJ-COPPE-PPE). Desde 2016 participa do Programa de Capacitação Institucional, do Centro de Tecnologia Mineral, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (PCI-CETEM-MCTI). Possui artigos e demais trabalhos publicados em engenharia de bioprocessos, saneamento ambiental, resíduos industriais e urbanos, reciclagem. Responsável nesta AAE pelo tema “Resíduos Sólidos”.

Claudio Antonio Gonçalves Egler, Geógrafo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Engenharia de Produção, Área de Planejamento Urbano e Regional, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa de Engenharia (COPPE). Doutor em Economia

pelo Instituto de Economia, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ. Fundador e pesquisador do Laboratório de Gestão do Território (LAGET). Autor de diversos livros, artigos e publicações sobre geoeconomia e questão ambiental. Responsável nesta AAE pelos temas “Dinâmica Territorial e Uso do Solo” e “Dinâmica Econômica”.

Daniel Fontana Oberling, Engenheiro de Produção, pela Universidade Federal Fluminense, Mestre e Doutor em Planejamento Energético, área de concentração Planejamento Ambiental, pelo PPE/COPPE/UFRJ, onde atualmente realiza seu Pós-Doutorado em metodologias para elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas. Pesquisador do LIMA/COPPE/UFRJ desde 2006, onde participou de diversos estudos de Avaliação Ambiental Estratégica. Em 2012, trabalhou no Grupo de Apoio Técnico Especializado, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GATE-Ambiental) e desenvolveu metodologias de Valoração de Danos Ambientais para Inquéritos Cíveis e Ações Cíveis Públicas. Além disso, desenvolveu projetos de pesquisa nas áreas temáticas energia e meio ambiente, economia das mudanças climáticas, gestão ambiental pública e no desenvolvimento de metodologias para estudos de adaptação de infraestruturas às mudanças do clima.

Denise da Silva de Sousa, Arquiteta, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Arquitetura, área de concentração Conforto Ambiental, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e Doutora em Planejamento Energético, área de concentração em Planejamento Ambiental, pelo Programa de Planejamento Energético / Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ). Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA), atuando na coordenação de estudos e pesquisas nas áreas de planejamento e gestão ambiental e adaptação às mudanças climáticas. Responsável nesta AAE, em parceria, pela Coordenação Técnica.

Elizabeth Cristina da Rocha Lima, Engenheira Química, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Engenharia Ambiental, pelo Manhattan College, de Nova Iorque. Doutora em Planejamento Energético, área de concentração em Planejamento Ambiental, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa de Engenharia (COPPE). Atual pesquisadora Pós-Doc do Programa de Engenharia de Transportes da COPPE/UFRJ. Foi Analista Ambiental do Instituto Estadual de Ambiente (INEA) do Governo do Estado do Rio de Janeiro onde atuou em Controle e Monitoramento Ambiental. Responsável nesta AAE pelos temas “Recursos Hídricos” e “Qualidade da Água”.

Emilio Lèbre La Rovere, Engenheiro Elétrico, com especialização em Engenharia Industrial e de Sistemas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Economista, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Engenharia de Sistemas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa de Engenharia (COPPE). Doutor em Economia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Universidade de Paris. Professor Titular, no Programa de Planejamento Energético (PPE/COPPE) e coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA), na COPPE/UFRJ. É também Coordenador Executivo do Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (Centro Clima), na COPPE/UFRJ. Co-autor de

diversos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e membro do Grupo de Trabalho do IPCC em Suporte a Dados e Cenários de Impacto em Análises Climáticas (TGICA). Autor de numerosos livros, artigos e publicações na área ambiental. Responsável pela Coordenação Geral da AAE COMPERJ.

Fernanda Fortes Westin, Turismóloga, com ênfase em Planejamento Turístico, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC Minas - Poços de Caldas. Mestre em Ciências da Engenharia da Energia com ênfase em Meio Ambiente e Sociedade, pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Doutora em Planejamento Energético, com ênfase em Planejamento Ambiental, pelo PPE/COPPE/UFRJ. Atuou como professora de graduação do curso de Turismo pela UNIPAC e PUC Minas nas disciplinas relacionadas ao Meio Ambiente e Metodologia Científica e coordenou projetos de educação ambiental em ONG ambientalistas. Atualmente é pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA), desenvolvendo Pós-Doc na área de incentivo às energias alternativas. Responsável nesta AAE, em parceria, pelo “Levantamento das Ações Ambientais do COMPERJ”.

Giovannini Luigi, Biólogo, doutor em Geografia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com ênfase em Sistemas Geográficos de Informação (SGI). Bacharel em Ecologia, pelo Instituto de Biologia/UFRJ, Mestre em Ciências Biológicas (Zoologia), pelo Museu Nacional/UFRJ e Especialista em Engenharia do Meio Ambiente/UFRJ. As principais linhas de pesquisa a que se dedica são Biogeografia e Sistemática de Aves. Atualmente, ocupa o cargo de Gerente do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA), onde também atua como pesquisador nas áreas de Perigo Aviário e Avaliação Ambiental Estratégica. Integra o Grupo de Assesores do Comitê para a Conservação e Manejo de Aves Marinhas Costeiras, Insulares não Procellariiformes e Limícolas Ameaçadas de Extinção no Brasil, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/Ministério do Meio Ambiente). Responsável nesta AAE pelo tema “Dinâmica dos Ecossistemas e Diversidade Biológica Terrestre”.

Heliana Vilela de Oliveira Silva, Engenheira civil, pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre e Doutora em Planejamento Energético, área de concentração Planejamento Ambiental, pelo Programa de Planejamento Energético / Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa de Engenharia (COPPE – UFRJ). Foi Analista Ambiental da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). Atual pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA) atuando na coordenação de estudos e pesquisas, com ênfase em avaliações ambientais estratégicas e, mais recentemente, em mudanças climáticas. Autora de artigos e publicações na área ambiental. Responsável pela Coordenação Técnica da AAE COMPERJ.

José Arnaldo Sales, Meteorologista, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Engenheiro Cartógrafo, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Analista Ambiental da FEEMA, atual INEA/RJ, tendo ocupado o cargo de Chefe da Divisão de Qualidade do Ar, Coordenador do Projeto de Cooperação Técnica Brasil/Alemanha, entre outros, até 2010. Atuou como consultor pelo Itamaraty, como professor convidado da UFRJ e, atualmente, trabalha como consultor ambiental autônomo. Responsável nesta AAE, em parceria, pelo tema “Recursos Atmosféricos”.

José Carlos Cesar Amorim, Engenheiro Civil, pela Faculdade de Engenharia Civil de Itajubá e Engenheiro Mecânico, pela Universidade Federal de Itajubá, com especialização em Estudos, Projeto e Construção de PCH pela Universidade Federal de Itajubá, mestrado em Engenharia Mecânica com ênfase em Energia, pela Universidade Federal de Itajubá e doutorado em Engenharia Hidráulica, pelo Institut National Polytechnique de Grenoble - França. Foi professor da UNESP - Universidade Estadual Paulista - Campus de Guaratinguetá - SP, por 15 anos e está há 20 anos no IME - Instituto Militar de Engenharia, atualmente como Professor Associado, atuando nas áreas de Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Transportes. Responsável nesta AAE, em parceria, pelo tema “Logística de Transporte”.

Luiz Francisco Pires Guimarães Maia, Meteorologista, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Meteorologia Agrícola, pela Universidade Federal de Viçosa, Doutor em Geografia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto do Departamento de Meteorologia, do Instituto de Geociências do CCMN/UFRJ, Membro Docente do Programa de Pós-Graduação em Meteorologia do IGEO/CCMN/UFRJ e Coordenador do Laboratório de Estudos em Poluição do Ar (LEPA), do IGEO/CCMN/UFRJ. Foi Coordenador Técnico do Programa "Iniciativa do Ar Limpo para as Cidades da América Latina" do Banco Mundial, respondendo pelo Rio de Janeiro. Atuou, por vários mandatos, como representante da UFRJ no Conselho Regional de Engenharia do Rio de Janeiro (CREA-RJ). Atua como Conselheiro no Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) do Rio de Janeiro. Autor de diversos artigos e publicações na área ambiental, especificamente abordando questões ligadas a qualidade do ar. Responsável nesta AAE, em parceria, pelo tema “Recursos Atmosféricos”.

Marcelo Vianna, Biólogo, doutor em Ecologia e Recursos Naturais, pela Universidade Federal de São Carlos, mestre em Ciências Biológicas (Zoologia), pelo Museu Nacional/UFRJ e bacharel em Biologia Marinha, pelo Instituto de Biologia/UFRJ. Com pós-doutorado em Oceanografia Biológica, pela Fundação Universidade de Rio Grande/FURG. As principais linhas de pesquisa são em Ecologia Pesqueira e Dinâmica de Populações. Atualmente é bolsista Cientista da FAPERJ e professor Associado do Departamento de Biologia Marinha e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, do Instituto de Biologia/UFRJ, onde chefia o Laboratório de Biologia e Tecnologia Pesqueira. Integra diversos comitês de assessoramento visando a Conservação e Manejo de Recursos Pesqueiros. Responsável nesta AAE pelo tema “Dinâmica dos Ecossistemas e Diversidade Biológica Aquática”.

Maria Regina Maroun, Graduada em Engenharia Mecânica pela UFRJ, Mestre e Doutora em Planejamento Energético, com ênfase em Planejamento Ambiental, pelo PPE/COPPE/UFRJ. Desenvolve Estudos e Projetos de Pesquisa (2005-atual) na área de Sustentabilidade de Biocombustíveis, Agricultura Familiar, Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas e Transporte (Centro Clima / LIMA, PPE, COPPE, UFRJ). Paralelamente, trabalha há 20 anos no Terceiro Setor, atualmente como responsável técnica por Projetos Socioambientais da OSCIP Água Doce – Serviços Populares, desenvolvidos em Petrópolis e na Baixada Fluminense (RJ). Tem experiência profissional de 11 anos em Consultoria de Projetos de Usinas Hidrelétricas, com ênfase nas áreas de equipamentos hidromecânicos, movimentação de carga e sistemas auxiliares. Responsável nesta AAE pelo tema “Dinâmica Social”.

Nalayne Mendonça Pinto, Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006), Mestrado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). É professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É pesquisadora na área de Sociologia, com ênfase nos seguintes temas: Sociologia Jurídica, Sociologia Criminal, Criminologia, Sociologia da Empresa e das Organizações. Pesquisadora do Observatório Fluminense/UFRJ e Pesquisadora Associada ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos – IneAC / INCT. Responsável nesta AAE, em parceria, pelo tema “Mapeamento dos Atores e Conflitos Sociais”.

Nicole Munk, Bióloga com especialização em ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Planejamento Energético com área de concentração em Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa de Engenharia (COPPE). Dissertação sobre Avaliação Ambiental Estratégica e Serviços Ecossistêmicos. Bolsista CNPQ na graduação (iniciação científica) e estagiária na Petrobras. Responsável nesta AAE pelo tema “Serviços Ecossistêmicos”.

Paulo Pereira de Gusmão, graduado em Administração Pública pela EBAP/FGV, pós-graduado em Gestão e Planejamento Ambiental pela University College London, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela COPPE/UFRJ e Doutor em Geografia pelo IGEO/UFRJ. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, onde ministra disciplinas no campo das Políticas Públicas e Gestão Ambiental. Longa experiência em trabalhos envolvendo equipes multidisciplinares, com ênfase na elaboração de planejamento do ordenamento ambiental dos territórios, estudos de impacto ambiental (EIA) e avaliações ambientais estratégicas. Autor de várias publicações na área ambiental. Responsável nesta AAE pelo tema “Governança Territorial”.

Paulo Cesar Colonna Rosman, Engenheiro Civil com ênfase em Obras Hidráulicas & Saneamento, pela Escola de Engenharia da UFRJ. M.Sc. em Engenharia Oceânica, na COPPE/UFRJ. Ph.D. em Engenharia Costeira, no Departamento de Engenharia Civil do Massachusetts Institute of Technology, USA. Foi Presidente da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e membro da Comissão Estadual de Controle Ambiental de 01/95 a 02/97. Desde 1980 é Professor do Departamento de Recursos Hídricos & Meio Ambiente da Escola Politécnica da UFRJ e da Área de Engenharia Costeira & Oceanográfica do Programa de Engenharia Oceânica da COPPE/UFRJ. Na COPPE/UFRJ, já orientou mais de 70 teses de mestrado e 25 de doutorado. Já coordenou mais de 100 projetos pela Fundação Coppetec. Idealizador e coordenador da plataforma do Sistema Base de Hidrodinâmica Ambiental www.sisbahia.coppe.ufrj.br SisBaHiA. Currículo Lattes CNPq:<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787979J9>. Responsável nesta AAE pela análise da situação relacionada à “Dinâmica Costeira”.

Renata Albergaria de Mello Bandeira, Engenheira de Fortificação e Construção, pelo Instituto Militar de Engenharia. Mestre em Engenharia de Produção, com ênfase em Sistemas de Transporte, e Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no curso de Engenharia de Fortificação e Construção e no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de

Transportes do Instituto Militar de Engenharia. Autora de artigos e publicações na área de Engenharia de Transportes e Logística. Responsável nesta AAE, em parceria, pelo tema “Logística de Transporte”.

Silvia Helena Menezes Pires, Engenheira elétrica, com Mestrado em Planejamento Energético e Ambiental pela COPPE/PPE/UFRJ. Pesquisadora no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), desde 1986, coordenando os projetos da área de meio ambiente. Ocupou o cargo de Chefe de Departamento de Meio Ambiente da ELETROBRAS de julho de 2003 a abril de 2005. Atuou como Assessora da Superintendência de Meio Ambiente da EPE – Empresa de Pesquisa Energética, de abril de 2005 a julho de 2006, retornando às suas atividades de pesquisadora no CEPEL, até março de 2012. Tem como principal área de atuação o planejamento ambiental dos empreendimentos do setor elétrico, com ênfase para o desenvolvimento de metodologias de avaliação de impacto ambiental, metodologias para inserção da dimensão ambiental como variável de planejamento e para avaliação ambiental estratégica, bem como auditorias e avaliações ambientais para empreendimentos/empresas do setor elétrico. Atua, também, na elaboração de inventários de recursos energéticos e avaliação do potencial de utilização para geração de energia elétrica. Participou da elaboração de diversas AAE como pesquisadora colaboradora da equipe do LIMA/COPPE/UFRJ. Responsável nesta AAE pela elaboração do Relatório Executivo.

Vânia Barcellos Gouvêa, Graduação em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Engenharia de Transportes, pelo Instituto Militar de Engenharia, doutora em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado na Universidade do Minho, em Portugal. Professora associada do Instituto Militar de Engenharia, atuando principalmente no Mestrado em Engenharia de Transportes. Pesquisadora do CNPq. Autora e co-autora de livros e artigos na área de Engenharia de Transportes, com ênfase em Planejamento de Transportes, principalmente, nos seguintes temas: transporte urbano de passageiro e de carga, controle de tráfego, mobilidade, demanda, sustentabilidade e logística de transporte. Responsável nesta AAE, em parceria, pelo tema “Logística de Transporte”.



Projeto PPE 18 618

*Reavaliação Ambiental Estratégica da Área de Abrangência da Baía
de Guanabara e Região do Entorno do COMPERJ*

– CENÁRIO ESTRATÉGICO E PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO E
MONITORAMENTO –

PRODUTO 7

Prof. Emilio Lèbre La Rovere

Coordenador do Projeto

Prof. Maurício Cardoso Arouca

Coordenador do Programa de Planejamento Energético

Prof. Fernando Alves Rochinha

Diretor Superintendente da Fundação COPPETEC